

Educação - São Tomé e Príncipe

A análise do sistema educativo de São Tomé e Príncipe não pode desligar-se da sua história. Situado no Golfo da Guiné, este pequeno país insular em desenvolvimento com todas as vulnerabilidades associadas a este grupo de países, mas com importantes potencialidades agrícolas e petrolíferas descurou, desde o início dos anos 90, o sector educativo e a formação dos seus recursos humanos.

A actividade económica na era colonial, principalmente na época da II colonização, esteve organizada em torno das “roças”, grandes empresas agrícolas privadas, ligadas à monocultura do café e do cacau. Estas empresas constituíam, simultaneamente pólos de organização da vida social. Nelas os trabalhadores tinham habitação, escolas e hospitais.

Com a independência e a adopção do paradigma socialista no período pós-independência estas empresas foram nacionalizadas. A incapacidade dos novos gestores públicos de manterem os níveis de produção, de as modernizarem ou de as orientarem num novo sentido determinou quebras importantes das produções (4188 ton. em 1992 e 1845 ton. em 2005)¹, de que o cacau era quase monoprodução, e das receitas das exportações desse produto que desceram quase para metade entre 1991 e 2005, quando avaliadas em dólares (5,1 milhões de dólares em 1991 e 3 milhões em 2005)², impossibilitando a continuidade do fornecimento daqueles serviços e a manutenção daquelas infra-estruturas. Esta situação provocou graves desequilíbrios nas contas externas e impeliu o país a assinar com o Fundo Monetário Internacional um Programa de Ajustamento Estrutural, em 1987. Este facto, associado à nova conjuntura internacional decorrente da desintegração do bloco soviético, determinou a privatização daquelas empresas e a desestruturação da importante organização económica e social construída em torno das “roças”. As novas lógicas das empresas privatizadas, mas também a incapacidade económica das que se mantinham na esfera pública, determinaram uma deterioração progressiva de todo aquele sistema social incluindo o sistema educativo.

¹ INE-STP.

² INE-STP (1994-2006), *São Tomé e Príncipe em Números*.

A pouca capacidade institucional de formulação de políticas, de criação de novas estruturas e de utilização eficiente dos recursos que iam chegando da ajuda externa conduziu a um forte desinvestimento nos sectores sociais entre os quais o sector educativo. As quedas sucessivas de governos (12 governos desde a instauração do pluripartidarismo, tendo-se assistido agora, Maio de 2008, a nova queda quando tinha assumido funções em Fevereiro deste ano), não têm permitido construir e implementar políticas coerentes. Esta instabilidade governamental não é alheia à pouca coesão e identidades nacionais. A superioridade assumida pelos *forros* em relação aos restantes grupos sociais, a tensão entre os vários partidos políticos, a identidade ainda "*apoiada num padrão histórico de longa duração*"³, em que o intercâmbio de favores já não é entre o patrão e o contratado, mas entre os que têm uma posição de privilégio, como detentores do poder político, e os que poderão vir a tê-lo, não tem permitido diminuir os níveis de pobreza (54% da população vivia no limiar da pobreza em 2000 contra 48% em 1992 e 36% em 1987)⁴ nem implementar políticas sociais consistentes.

Do início dos anos 90 à actualidade o sistema educativo estruturou-se, pelo menos em termos teóricos, de duas formas diferentes. Durante toda a década de 90 e nos primeiros anos deste século esteve estruturado de acordo com o Decreto-lei nº53/88 nos níveis constantes do quadro Q.1, só sendo obrigatórias as primeiras quatro classes. A partir de 2003, com a publicação da Lei nº2/2003, o sistema procurou expandir a escolaridade obrigatória para 6 anos. Apesar de uma estrutura diferente (Q.2.) não parece ter havido diferenças significativas em termos de aquisição de competências nem no acesso à 12ª classe.

Q.1. Estrutura do sistema de ensino
(Decreto-lei nº53/88)
São Tomé e Príncipe

Ensino primário	1ª-4ª classes
Ensino secundário básico	5ª-9ª classes
Ensino Pré-universitário	10ª-11ª classes

³ Caldeira (1999), p. 75.

⁴ Cardoso (2007), p. 339.

Q.2. Estrutura do sistema de ensino

(Lei nº2/2003)

São Tomé e Príncipe

Ensino básico	1º ciclo	1ª – 4ª classes
	2º ciclo	5ª – 6ª Classes
Ensino secundário	1º ciclo	7ª-9ª classes
	2º ciclo	10ª – 12ª classes
Ensino superior	Politécnico	
	Universitário	

Se a primeira estrutura era muito limitativa, a 2ª continua a sê-lo, embora procure ir um pouco mais além. Se, no caso da 1ª, o ensino obrigatório, abrangendo apenas as primeiras quatro classes, já era condicionador do desenvolvimento do país, na prática a situação apresentou-se ainda mais preocupante. O abandono escolar por inacessibilidade das infra-estruturas educativas, motivação ou mesmo pelo fim de uma refeição quente fornecida até 1996 pelo PAM foi elevado: 10%⁵ das crianças não chegavam a matricular-se no ensino primário e 44% não atingiam a 4ª classe em 2001⁶, ficando assim à margem dos níveis mais básicos de escolaridade mais de metade das crianças.

A ausência de uma política coerente, orientada para o acesso universal a uma educação de qualidade, conduziu à diminuição da taxa de escolaridade líquida e dos efectivos escolares logo no ensino primário (1ª-4ª classes). Aquela taxa decresceu de 96 % para 68% entre 1991 e 2001. A andamento muito positivo sentido a partir de 2001 poderá não traduzir numa recuperação efectiva. Dependendo do grupo etário de referência (por ex. 7-10 anos ou 7-14 anos) a mesma taxa poderá ter valores bastante díspares para a mesma realidade. Por isso, devemos olhar os valores com muita cautela. Alberto Leal, responsável em 2003 pelo Departamento de Planificação e Estatística do Ministério da Educação e Cultura de São Tomé e Príncipe, faz notar exactamente este facto⁷. Mas aquela disparidade dados estatísticos existe também consoante a fonte (BM, PNUD,

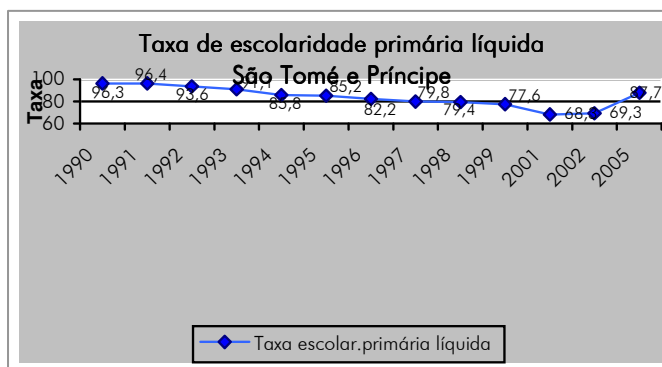
⁵ Mingat (2001)

⁶ Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto (2001).

⁷ Leal, Alberto (2003), *Indicadores e Elementos do Sistema Educativo para a Utilização do Modelo DEMPROJ*, São Tomé e Príncipe.

Ministério da Educação, INE-STP), atendendo ao mesmo grupo de referência. São constrangimentos que não se conseguiram ultrapassar, tendo sido feito esforço no sentido da apresentação dos mais congruentes.

G.1 . Taxa de escolaridade primária São Tomé e Príncipe



Fontes: M Educação, Juventude e Cultura (2001), São Tomé e Príncipe, p.16;
Leal (2003), p. 1; * Salvaterra (2002), p.8; Governo de STP (2006), p.10.

Os efectivos escolares dos primeiros 4 anos de ensino diminuíram até 2000, período durante o qual a taxa de crescimento populacional rondou os 2%. Só a partir de 2001/02 se começou a sentir uma ténue recuperação (1,7% entre 1999/00 e 2006/07 e apenas 0,34% entre 2002/03 e 2006/07).

Q.3. Efectivos escolares São Tomé e Príncipe

Anos	Ensino Primário (1 ^o -4 ^o Classes)	Ensino Secundário Básico (5 ^o -8 ^o Classes)	Ensino Pré- universitário (9 ^o -11 ^o Classes)	Total de alunos 5 ^o -12 ^o classes
1990/91	20640	Nd	Nd	
1995/96	21010	10277	1764	12 041
1996/97	20502	9167	1925	11 092
1997/98	20287	9625	2189	11 804
1998/99	20608	8886	2258	11 144
1999/00	20258	8405	2267	10 672
2002/03	22491	12318*	1254**	13 572
2004/05	22 721	14 424*	1 335**	15 759
2005/06	22376	15422*	1429**	16 851
2006/07	22800	16115*	1382**	17 497

Fonte: INE-STP

Notas: * Integra também a 9^o classe; ** Integra apenas a 10^o e 11^o classes.

É nos níveis pós-primários que os dados quantitativos apontam para o aumento mais notório de alunos a partir de 2002/03 a uma taxa média de crescimento anual bem superior ao aumento populacional (3,5% entre 2004 e 2006 e 1,8% entre 2005 e 2006). Mas a mudança de agregação estatística não permite precisar se terá sido apenas o novo ciclo obrigatório a captar mais alunos ou os níveis subsequentes. Qualquer que seja o ciclo em que isso aconteça, parece poder dizer-se que os níveis pós-primários foram mais capazes de estimular a frequência escolar nos anos mais recentes. As causas não foram determinadas, mas a maior acessibilidade das infra-estruturas educativas terá sido certamente um dos factores.

A reforma do ensino, implementada na sequência da Lei nº 2/2003, ao estender o ensino obrigatório para os 6 anos constituiu um marco importante no sistema de ensino de São Tomé e Príncipe, mas não suficiente.

A análise dos dados constantes no Q.4. referentes às taxas brutas de escolaridade do ensino pós-primário permite deduzir o seu decréscimo entre a 5ª e a 8ª que passou de 59% em 1991/92 para 53% em 1999/2000⁸, mas com forte recuperação para 75,1% em 2005/06.

Q.4. Evolução das taxas de escolaridade brutas São Tomé e Príncipe

Taxas	1991/92	1996/97	1999/2000	2005/06
Taxa de escolaridade secundária básica bruta (5ª-8ª Classes)	59%	56%	53%	75,1
Taxa de escolaridade bruta do ensino pré-universitário (9ª-11ª classes)	14%	18%*	21%	Nd

Fontes: Ministério da Educação, Juventude e Cultura (2001); Mingat (2001);

Nota: * 1995/96; **Governo de São Tomé e Príncipe (2006), *Mesa Redonda da Educação e Formação*, pág. 23; Ministério Educação - STP (2003), dados de 2003 .

A análise da taxa de escolaridade líquida neste mesmos níveis pós-primários levamos a uma percepção diferente, como se pode ver no Q.5.

⁸ Mingat (2001).

**Q.5. Evolução das taxas de escolaridade líquidas
São Tomé e Príncipe**

Taxas	2001/02	2002/03	2005
Taxa de escolaridade líquida secundária (5 ^a -8 ^a Classes)	59,8%	49,5%	32%

Fontes: Ministério da Educação, Juventude e Cultura (2003); PNUD, *RDH (2007-08)*.

Esta disparidade entre evolução de taxas brutas e líquidas⁹ poderá resultar da inscrição de muitos alunos com idades superiores às que corresponderiam aos níveis de escolaridade, mesmo assim ficando à margem destes anos de escolaridade uma elevada percentagem de crianças.

Além disso, tem-se verificado um decréscimo da taxa de admissão à medida que a escolaridade aumenta. Em 2002/2003 a taxa bruta de admissão na 5^a classe era de 75% na 8^a classe só era de 26,4%¹⁰. E em 2005 só 76% das crianças atingiam a 5^a classe¹¹.

**Q.5. Evolução das taxas brutas de admissão
São Tomé e Príncipe**

Taxas	2001/02	2002/03
Taxa bruta de admissão na 5 ^a classe	89,4%	74,6%
Taxa bruta de admissão na 6 ^a classe	83,9%	57,0
Taxa bruta de admissão na 7 ^a classe	64,3%	43,5%
Taxa bruta de admissão na 8 ^a classe	Nd	26,4%

Fontes: Ministério da Educação, Juventude e Cultura (2003).

As elevadas taxas de repetência e abandono entre a 5^a e a 9^a classe são também factor condicionador da reduzida população escolar no primeiro ciclo do ensino secundário (7^a- 9^a classes). Há uma perda neste ciclo de 43% dos estudantes, segundo dados do Governo¹², sugerindo os números que poderá mesmo ser superior. No último ciclo de escolaridade (10^a e 11^a classes, não incluindo ainda a

⁹ Taxa bruta de escolaridade por nível de ensino refere-se ao total dos matriculados, independentemente da sua idade em relação ao grupo etário desse nível; Taxa líquida de escolaridade representa a percentagem de alunos matriculados num determinado nível de ensino, com idade correspondente à idade teórica que deveriam ter para a frequência desse nível, segundo o PNUD (2003).

¹⁰ Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desporto-STP (2003).

¹¹ PNUD (2007), *RDH 2007-2008*.

¹² Governo de São Tomé e Príncipe (2006), *Mesa Redonda da Educação e Formação*, pág. 21.

12^o), em 2005/06, num total de 1429 alunos apenas 429 estavam na idade ideal para a frequência deste nível, significando uma elevada taxa de repetência. Esta não pode dissociar-se da falta de qualificação de professores e do reduzido número de horas lectivas no ensino primário (3 em média) que não permite a conclusão do ciclo anterior com as suficientes competências.

E a implementação do ensino *profissionalmente qualificante* com 12^o ano no Liceu Nacional nas áreas de Gestão e Administração e Humanidades, esta última incluindo uma vertente de turismo, em 2006 será mais um incentivo à frequência dos ciclos pós-primários.

Como já se referiu vários factores podem ter determinado a escassa apetência pela educação e o elevado abandono e insucesso: pouca acessibilidade e qualidade das infra-estruturas, reduzido nº de horas lectivas diárias (3 horas, em média, no ensino primário) resultado de muitas escolas funcionarem em trisedobramento, desqualificação dos professores e poucas perspectivas relativamente aos rendimentos adicionais que maiores níveis de escolaridade podem proporcionar.

Relativamente às infra-estruturas, embora tenha sido feito algum esforço de investimento nos últimos anos, com o aumento do número de salas de aula (43 no ensino primário em 2003/05, 18 no básico e 8 no Liceu Nacional em 2004/05) e recuperação de 356 em 2004/05, segundo dados do Banco Mundial¹³, o efeito ainda não se conseguiu aferir,

Q.6. Infra-estruturas educativas São Tomé e Príncipe

Anos	Ensino básico		Ensino secundário			
	Nº escolas		Nº escolas			
	1-4	5-6	7-8	9	10-11	12
1990/91	68	Nd	Nd	Nd	1	
2001/02	68	10	5	2	1	
2004/05	72	12	7	5	1	
2006/07	74	12	7	5	1	1*

Fonte: INE-STP, Cardoso (2007); Governo de STP (2006); INE-STP (2006).
Nota: * Apenas a partir de 2007/08.

¹³ Banco Mundial (2006), *Relatório de Desenvolvimento Mundial*.

Como já foi referido, aquela falta de motivação pela educação é também determinada pela falta de formação de professores: a percentagem de professores do ensino básico sem formação tem vindo a aumentar condicionando a qualidade da escolaridade. Em 2005/2006, 62%¹⁴ dos professores do ensino primário (1^a-4^a classes) continuavam a não ter formação, percentagem que tinha subido nos últimos anos.

**Q.7. Professores do ensino primário sem formação
São Tomé e Príncipe**

1999/00	2000/2001	2004/05	2005/06
51%	54%	61%	62%

Fontes: Mingat (2001), p. 13; MEJC (2001), Pinto (2005), INE-STP (2006).

Esta percentagem mantinha-se na escolaridade entre a 5^a e 8^a classes: 68,4% dos professores não tinha formação em 2005/06¹⁵.

O encerramento da escola de formação de professores para este nível de ensino em 1990, a ausência de qualquer estrutura destinada a este fim durante toda a década de 90, a falta de motivação para a profissão de pessoas qualificadas em resultado dos baixíssimos salários eram factores justificativos desta situação. Apesar da criação em 2000 do EFOPE/Escola de Formação de Professores e Educadores, o facto do seu funcionamento ainda se manter circunscrito, em 2005, à formação em exercício, uma formação à distância com módulos de apoio no âmbito do programa PROFORMAÇÃO, programa de formação intensiva concebido pelo governo brasileiro, entretanto suspenso, não permitia qualquer formação de base aos novos docentes. Questiona-se se terá sido esta escola a responsável pela formação revelada no documento *National Poverty Reduction Strategy Implementation Report*¹⁶: foram formados 815 professores do ensino primário (280 em 2002/03, 270 em 2003/04 e 264 em 2004/05) e mais 130 para o 5^a-8^a classes e como ela não se traduziu na redução da percentagem de docentes sem formação. Parece que estes dados só teriam congruência se tivesse havido um

¹⁴ INE-STP (2006), *São Tomé e Príncipe em Números 2006*.

¹⁵ INE-STP (2006), *São Tomé e Príncipe em Números 2006*.

¹⁶ Ministério do Planeamento e Finanças (2006), STP, p.15.

aumento mais que proporcional do número de alunos e salas de aula, o que se julga não ter acontecido.

Em termos privados existia uma escola destinada a todos os níveis de ensino, incluindo a 10^a, 11^a e 12^a classes, o Instituto Diocesano de Formação, ligada à igreja católica, funcionando segundo os *curricula* portugueses e da responsabilidade do Ministério da Educação de Portugal, mas acessível apenas a uma camada reduzida da população mais favorecida (270 alunos entre a 5^a e a 12^a classes em 2003/04)¹⁷.

O ensino tecnológico estava circunscrito às áreas da mecânica e construção civil, mas ao nível básico (9^a classe). Era o Centro Politécnico, instituição criada, gerida e financiada pela cooperação francesa que disponibilizava cursos para 40 alunos, com ingressos de três em três anos. Em 2004 estava em curso uma reestruturação dos cursos no sentido de virem a fornecer uma formação profissionalizante de nível secundário, com equivalência à 12^a classe.

Existem, em paralelo com o ensino formal, vários centros de formação profissional. Na cidade de São Tomé foi inaugurado em 2003 o Centro de Formação Profissional de Budo Budo, financiado pela cooperação portuguesa, ligado ao Ministério do Emprego, visando dar formação num leque diversificado de áreas. Mas quando foi visitado dá apenas formação de muito curta duração, não integrada no ensino formal. Em Água-Izé existe outro centro de formação e na área da horticultura o CATAP formou 39 pessoas em 2005¹⁸.

Não se pode deixar de referir a Escola de Enfermagem Dr. Victor Sá Machado que datando de 1983, tendo funcionado em vários locais, tem instalações próprias financiadas pela Fundação Gulbenkian, desde 2003. Procura dar formação ao nível do 12^o ano com uma forte componente prática. Segundo o seu director o seu funcionamento tem sido apoiado pela OMS e pelo Ministério da Educação de STP, este último através do pagamento dos salários aos professores.

¹⁷ CARDOSO, Manuela (2007), p.364

¹⁸ MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS (2006), *National Poverty Reduction Strategy Implementation Report*, São Tomé e Príncipe.

Relativamente à alfabetização também a taxa de alfabetização de adultos maiores de 15 anos decresceu de 73,2% em 1991/92 para 63,2% em 1999/2000, valor muito baixo quando comparado com o período pós-independência, quando em 1987 ultrapassava os 70%¹⁹. Este retrocesso pôs em causa todo o esforço anterior. Os números do Governo de São Tomé e Príncipe apontam no sentido de uma recuperação para níveis semelhantes aos do início dos anos 90. (73% em 2005/06)²⁰. Mesmo com este sucesso, que se presume ter sido conseguido graças à implementação do programa “Educação Solidária”, fruto da cooperação brasileira, existe um elevado “analfabetismo funcional”. Este resulta do facto de larga camada da população ter apenas os 4 anos de escolarização, deficiente e não qualificante para a inserção no mercado de trabalho.

Esta experiência com a cooperação brasileira levou a que o Governo lançasse um programa visando baixar a taxa de analfabetismo já em 2008 tendo participado 3000 pessoas: 60% entre os 14 e os 27 anos e 40% entre os 30 e os 50 anos²¹.

Q.8. Evolução da taxa de analfabetismo São Tomé e Príncipe

Taxas	1991/92	1996/97	1999/2000	2005/06
Taxa de alfabetização de adultos + 15 A	73,2%	Nd	63,2%	73%**

Fontes: Ministério da Educação, Juventude e Cultura (2001); **Governo de São Tomé e Príncipe (2006), *Mesa Redonda da Educação e Formação*, pág. 23; *** Ministério Educação - STP (2003), dados de 2003 .

Nota: * 1995/96.

Em 2004 o Banco Mundial aprovou um projecto multisectorial orientado para a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza designado por Projecto de Apoio aos Serviços Sociais (PASS) que visava a melhoria de qualidade dos serviços de educação e saúde. A parcela destinada ao sistema educativo contempla um financiamento destinado à melhoria do sistema no horizonte temporal 2003/2013 no valor de 2,8 milhões de dólares²².

¹⁹ PNUD (1998), p.26.

²⁰ GOVERNO SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2006), *Mesa Redonda da Educação e Formação*, pág.23.

²¹ Ministério do Planeamento e Finanças (2006), *National Poverty Reduction Strategy Implementation Report*, São Tomé e Príncipe.

²² GOVERNO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2006), *Mesa Redonda da Educação e Formação*, pág. 6.

Ao nível do ensino superior existem três instituições, duas privadas e, portanto, com fins lucrativos. O IUCAI, Instituto Universitário de Contabilidade, Administração e Informática (IUCAI), criado no início da década de 90, em funcionando apenas em regime pós-laboral, direccionado para a área da gestão, só acessível a uma pequena camada social de maiores rendimentos. Outra, a Universidade Lusíada, criada pelo Decreto-Lei n.º 22/2005, publicado no *Diário da República* de São Tomé e Príncipe n.º 32 de 8 de Novembro. Em funcionamento desde o ano lectivo de 2006/07 com cerca de duzentos alunos distribuídos por três cursos (quatro turmas de propedêutico, ano destinado a colmatar falhas decorrentes da inexistência da 12ª classe, duas de Ciências Económicas Empresarias, duas de Direito e uma de Informática).

O Instituto Superior Politécnico, que disponibiliza o ensino politécnico público, cujo início de funcionamento se reportou a 1997/98, destina-se à formação de professores do ensino secundário. Iniciou a sua actividade com três cursos, Português/Francês, História/Geografia e Matemática/Ciências), contando em 2000/2001 com 117 alunos. A partir de 2002/3 terá havido a abertura de novas valências, Línguas e Literaturas Modernas, Línguas e Administração, Física/Química e Educadores de Infância, aumentando a população escolar para 180 estudantes²³.

Em termos de investigação é de assinalar a existência do Centro de Investigação Agrária e Tecnológica, centro criado na época colonial, reapetrechado através da cooperação francesa em 1994, centro com elevada capacidade tecnológica mas com muito pouco dinamismo após ter cessado a colaboração com um congénere francês, CIRAD, em 2002 em resultado de restrições orçamentais.

Toda esta evolução nos indicadores de educação não estará desligada do respectivo financiamento. Estando o orçamento de Estado dependente em mais de 90% da ajuda externa, também as despesas com a educação, de funcionamento e de investimento, flutuam de acordo com ela. Parece ter havido, nos últimos anos, uma maior atenção ao sistema. No entanto, as disparidades estatísticas, também no

²³ Governo de São Tomé e Príncipe (2006), *Mesa Redonda da Educação e Formação*, pág.24.

que respeita ao financiamento, não permitem precisar esse esforço. A percentagem do PIB afecta à educação vem-se aproximando do grupo da maioria dos países pobres altamente endividados onde essa percentagem ultrapassa já os 4%²⁴, mas bem longe de Cabo Verde, outro pequeno estado insular, com independência no mesmo período histórico e com recursos bem mais limitados, onde a percentagem do PIB afecta à educação atingiu 8,7% em 2001 e 24,3% se a referência for o OGE²⁵.

**Q. 9. Financiamento da educação
São Tomé e Príncipe**

	Em % do Orçamento Geral do Estado	Em % do PIB	Investimento em educação em % do investimento público
1995	9,6	1,2	19,9
1996	6,8	1,2	16,6
1998	12,4	1,9	7,6
2000	15,3	2,2	6,9
2001	18,0	2,3	19,7
2002	17,4	3,2	7,9
2003	14,2	3,9	13,7
2004	16,0	4,4	nd

Fonte: Ministério das Finanças e Plano (2004); Ministério da Educação e Cultura (2004); INE-STP (2004).

As conclusões desta análise podem sistematizar-se da forma seguinte:

1. Houve uma deterioração notória das infra-estruturas educativas, ausência de oferta educativa e dos níveis de escolaridade ao longo de toda a década de 90 e nos primeiros anos deste século, aspecto que não pode dissociar-se da alteração da estrutura económica e da desestruturação do sistema de roças;
2. A ausência de oferta educativa, facilitadora do acesso, funcionou como um mecanismo de selecção e regulação de estudantes, aspecto que está mais ligado à distância que vivem os alunos das escolas e a sua condição socio-

²⁴ Governo de São Tomé e Príncipe, *Estratégia para a educação 2007-2017*, p. 17.

²⁵ CARDOSO, Manuela (2007), p.264.

económica (possibilidade de deslocação) do que dos seus rendimentos académicos;

3. A nova estrutura do sistema apenas introduziu 2 alterações significativas: aumento da escolaridade obrigatória de 4 para 6 anos e inclusão do 12^a classe; no entanto, na maior parte do país vigora a anterior estrutura, que pouco difere da que existia na época colonial;
4. A formação de professores foi descurada desde o início dos anos 90 com o encerramento da escola de formação de professores, determinando uma elevada percentagem de professores sem formação nos vários níveis de ensino;
5. Sentiu-se uma certa desmotivação dos jovens pela educação, a que não foi alheia a inacessibilidade das infra-estruturas, a falta de qualidade dos ensinamentos e a falta de perspectivas em relação aos benefícios de níveis superiores de educação, em resultado das poucas oportunidades de emprego;
6. Os níveis de alfabetização decresceram também desde o início dos anos 90, só tendo sido retomados recentemente, em resultado da implementação do programa “Educação Solidária”, apoiado pela cooperação brasileira; no entanto, o analfabetismo funcional mantém-se muito elevado;
7. O ensino profissionalizante quase não existia, apenas esteve disponível no Centro Politécnico para uma franja reduzido de alunos (40 alunos de 3 em 3 anos), ao nível da 9^o classe até 2003, em áreas limitadas e na Escola de Enfermagem; só muito recentemente foi implementado o ensino “profissionalmente qualificante” ao nível do 12^o ano, cuja conclusão do cursos ainda não aconteceu;

8. Nota-se algum esforço na requalificação do parque escolar e na construção de novas salas de aula nos anos mais recentes, fruto de apoios internacionais, com destaque para o Banco Mundial, no âmbito do Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Se se atender que a população de São Tomé e Príncipe era de cerca de 140000 indivíduos em 2000²⁶, que apresentava uma taxa de crescimento médio anual um pouco inferior a 2%, de que resultava uma população muito jovem, os valores da escolaridade apresentados transmitem a ideia da falta de empenho da política educativa, mas também a falta de apelo por parte dos jovens para o conhecimento.

Bibliografia

- BANCO MUNDIAL (2006), *Relatório de Desenvolvimento Mundial*.
- CALDEIRA, Arlindo (1999), *Mulheres, Sexualidade e Casamento em São Tomé e Príncipe*, (séc.XV-XVIII), Lisboa, Ed. Cosmos.
- CARDOSO, Manuela (2005) *A importância da criação de infra-estruturas e da formação de recursos humanos no desenvolvimento: os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*; Lisboa, ISCTE.
- CARDOSO, Manuela (2007), *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: educação e infra-estruturas como factores de desenvolvimento*, Porto, Edições Afrontamento.
- GOVERNO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (2006), *Mesa Redonda da Educação e Formação, São Tomé*.
- GOVERNO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, *Estratégia Para A Educação E A Formação 2007-2017, São Tomé e Príncipe*.
- INE-STP (1995), *São Tomé e Príncipe em Números*
- INE-STP (1999) *São Tomé e Príncipe em Números*
- INE-STP (2000), *São Tomé e Príncipe em Números*
- INE-STP (2003), *São Tomé e Príncipe em Números*
- INE-STP (2006), *São Tomé e Príncipe em Números*
- LEAL, Alberto (2003), *Indicadores e Elementos do Sistema Educativo para a Utilização do Modelo DEMPROJ*, São Tomé e Príncipe.
- MINGAT, Alain (2001), *Not sur la situation de l'éducation á São Tomé e Príncipe*, São Tomé e Príncipe.
- MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E FINANÇAS (2006), *National Poverty Reduction Strategy Implementation Report*, São Tomé e Príncipe

²⁶ INE-STP, *RGPH-2000*.